

E o “jumbinho” de Sarney começa a decolar

O “jumbinho” que o presidente José Sarney pretende decolar no Congresso, liberando NCz\$ 2,25 bilhões para obras numa autêntica farra de fim de governo — como denunciou ontem o *Jornal da Tarde* —, foi aprovado pela Comissão Mista de Orçamento. Mas a decisão tomada ontem não significa, ainda, que os créditos estejam garantidos. Eles deverão ser votados no plenário do Congresso, onde alguns parlamentares prometem obstruir a votação do projeto, que tem como um dos principais objetivos permitir o início de obras novas. Com a abertura desses créditos no Orçamento de 89, ficaria assegurada a liberação de mais recursos no próximo ano, contornando a proibição da nova Lei de Diretrizes Orçamentárias, que proíbe obras não especificadas no Orçamento Geral da União de 1990.

A controvérsia na Comissão foi justamente sobre as obras novas listadas no substitutivo apresentado pelo deputado José Carlos Vasconcelos, relator do projeto de lei enviado pelo Executivo. Os críticos do projeto no Parlamento apontam entre 65 e mais de 160 as obras novas, dependendo do conceito de cada um sobre o que é “obra nova”. O relator, por seu lado, garante que não deixou uma só obra nova em seu substitutivo.

“Existem obras que não constavam nem do Orçamento de

89, nem do projeto do governo”, acusa o deputado Virgildálio de Sena (PSDB-BA), citando como exemplo a construção e pavimentação de um trecho da BR 261, entre Montes Claros e Vale das Cancelas, em Minas Gerais, que recebeu NCz\$ 50 milhões no substitutivo. Vasconcelos alega que, embora não constassem do orçamento de 89, obras como essa já estão iniciadas, mas foram interrompidas em 88 por falta de recursos.

O relator fez diversos cortes na proposta original do governo, abrindo uma folga de NCz\$ 665,7 milhões, que foram redistribuídos para atender a parte das 771 emendas apresentadas pelos deputados e senadores da Comissão de Orçamento. O projeto que recebeu o maior corte foi a Ferrovia Norte-Sul, que teve sua dotação reduzida à metade — de NCz\$ 225 milhões previstos no projeto do governo para NCz\$ 112,5 milhões no substitutivo.

“Não apareceu ninguém da Valec” — a empresa que constrói a ferrovia Norte-Sul — “para defender os recursos”, justificou Vasconcelos. “Todas as outras empresas beneficiadas deram explicações”, acrescentou. O presidente da Valec, Paulo Vivacqua, contestou Vasconcelos, depois da sessão de ontem. “Há mais de 60 dias estamos informando a Comissão sobre a importância desses recursos”, disse Vivacqua.